



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 0026/2023

Nos termos regimentais, fui designado relator do Projeto de Lei nº 0026/2023, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que visa alterar a Lei nº 13.993, de 2007, que “dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota outras providências correlatas”, para retificar as divisas intermunicipais entre os Municípios de Imbituba e Laguna.

Em 13 de setembro de 2023 requeri, através dos membros deste Colegiado, diligência externa ao Governo do Estado, por meio dos órgãos competentes e ao município de Laguna, para subsidiar o relatório e voto nesta comissão. Contudo, em 1º de novembro de 2023, retornaram os autos ao meu gabinete para emitir parecer, por decurso de prazo da diligência solicitada.

Considerando essencial a resposta das entidades mencionadas, nos termos da fundamentação do requerimento anterior, julgo prudente que esta comissão reitere o pedido de diligência ao projeto de lei em exame.

Ademais, sobre a proposição acessória aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, considero também fundamental a manifestação dos municípios de Garopaba e Imbituba nos autos do presente processo.

Deste modo, antes de exarar parecer conclusivo, ouvidos os membros deste Colegiado, requeiro, com amparo no inciso XIV do art. 71 do Regimento Interno deste Poder, a promoção de **DILIGÊNCIA EXTERNA** do **Projeto de Lei nº 0026/2023** à **Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)**, para que esta colha a manifestação das Pastas competentes do Governo do Estado,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DEPUTADO
MÁRIO MOTTA**

especialmente da **Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)** e da **Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)**, bem como, aos **municípios de Laguna, Imbituba e Garopaba** para que tragam aos autos suas manifestações quanto à matéria, em especial quanto aos seus aspectos financeiros e orçamentários.

Sala das Comissões,

Deputado Mário Motta
Relator